

**ERRATA DO EDITAL 01/2023**

**SUBSTITUTIVO DA VERSÃO PUBLICADA EM 31/03/2023**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cipotânea - MG - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme preconiza a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e a Lei Municipal nº. 783/2019, torna público o **Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2028**, sendo realizado sob a responsabilidade deste e a fiscalização do Ministério Público, mediante as condições estabelecidas neste Edital **QUE SUBSTITUI O EDITAL Nº 01/2023 PUBLICADO EM 31/03/2023**.

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é regido por este edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cipotânea/MG.

1.1.1. A Comissão Organizadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta paritariamente dentre os membros do aludido Conselho, conforme Resolução Nº 01/2023, é a responsável por toda a condução do processo de escolha, e é composta pelos seguintes membros:

I - Danilo Pereira da Silva, representante governamental;

II - Graciela do Rosário Liberato, representante governamental;

III - Maria Cristina Silva de Paula, representante da sociedade civil;

IV - Maria da Conceição Martins, representante da sociedade civil.

1.2. O processo destina-se à escolha de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, para composição do Conselho Tutelar do município de Cipotânea/MG, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

**1.4. DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR:**

1.4.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do CONANDA e na legislação municipal, sem prejuízo das demais leis afetas.

**1.5. DA REMUNERAÇÃO:**

1.5.1. O conselheiro tutelar faz jus ao recebimento pecuniário mensal no valor de R\$ 1302,00 (Mil trezentos e dois reais).

1.5.2. Se o servidor municipal for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

valor da remuneração do cargo de conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

- I. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;
- II. A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

### 1.6. DA FUNÇÃO E CARGA HORÁRIA:

1.6.1. A jornada de trabalho de conselheiro tutelar é de 40 horas semanais, mais regime de plantão em caráter de disponibilidade, que se dará mediante escala e compensação por folga posterior, conforme definido na Lei Municipal nº 783/2019 e no Regimento Interno do Conselho Tutelar.

1.6.2. A função de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada.

1.6.3. O exercício da função de conselheiro tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

1.6.4. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

1.6.5. O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

1.6.6. As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Resolução n. 231/2022 do Conanda, e a Lei Municipal n. 783/2019 ou as que as sucederem.

## 2. DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA

2.1. O cidadão que desejar candidatar-se à função de conselheiro tutelar deverá atender as seguintes condições:

- I. ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e atestado de antecedentes "nada consta" fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais;
- II. ter idade superior a vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação;
- III. residir no município, comprovado por meio da apresentação de conta de água, luz ou telefone fixo, ou outro meio idôneo;
- IV. comprovar, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso emitido por entidade oficial de ensino, ter concluído o ensino Médio até o dia da posse;

**MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA**  
Estado de Minas Gerais  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

V. estar no gozo de seus direitos políticos, comprovados pela apresentação do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, constando estar em dia com as obrigações eleitorais;

VI. apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);

VII. não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar, nos últimos cinco anos, em declaração firmada pelo candidato.

### **3. DO PROCESSO DE ESCOLHA**

3.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado em três etapas:

- a) Inscrição dos candidatos, a partir da análise dos requisitos do item 02 deste Edital;
- b) Prova de aferição de conhecimento sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, língua portuguesa e conhecimento básico em informática;
- c) Eleição dos candidatos por meio de voto.

### **4. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS**

4.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo, tais como se acham definidas neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de conselheiro tutelar.

4.3. As inscrições ficarão abertas no período de 8 h do dia 10/04/2023 às 16 h do dia 10/05/2023.

4.4. As inscrições serão feitas na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Praça Jonathas Pedrosa, 80 – Centro – Cipotânea/MG:

4.5. No ato de inscrição o candidato, pessoalmente ou por meio de procuração, deverá:

a) Preencher requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste Edital;

b) Apresentar original ou fotocópia de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, retrato e assinatura;

c) Apresentar os documentos exigidos no item 2.1 deste edital.

d) Em relação ao item 2.1 I, a critério da Comissão Organizadora, a comprovação da

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

idoneidade moral, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser complementada por meio de informações coletadas junto a pessoas e instituições da comunidade local.

4.6. A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.

4.7. A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições, as provas e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ ou qualquer irregularidade nas provas e/ou documentos apresentados.

4.8. A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com cópia para o Ministério Público e no site da Prefeitura.

4.9. Da Impugnação das Candidaturas:

- a) Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada, com indicação dos elementos probatórios;
- b) Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados do teor da impugnação no prazo de 02 (dois) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar sua defesa;
- c) Todas as notificações aos candidatos poderão ser feitas via mensagem de texto para o celular informado no momento da inscrição, caso não o tenha, será pessoalmente.
- d) A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;
- e) A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;
- f) Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar, em até 05 (cinco) dias, edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;
- g) As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;
- h) Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior;
- i) Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público;

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### 5. DA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO

5.1. A prova de conhecimentos versará sobre a Lei Federal nº. 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e a Lei Municipal nº 783/2019 que regulamenta o funcionamento do Conselho Tutelar de Cipotânea/MG, conhecimentos básicos da língua portuguesa e de informática.

5.2. A prova de aferição de conhecimento avaliará a capacidade de interpretação do texto legal.

5.3. A prova constará de 29 (vinte e nove) questões de múltipla escolha e 01 (uma) questão discursiva, sendo cada questão no valor de 01 ponto, totalizando 30 (trinta) pontos.

5.4. A questão discursiva consistirá em responder uma pergunta sobre os Direitos da Criança e do Adolescente em até cinco linhas cuja resposta dada será utilizada para avaliar o conhecimento da legislação e da língua portuguesa e avaliada com os seguintes critérios:

5.4.1. Atribuído 0,5 (cinco décimos) de ponto se a resposta estiver correta do ponto de vista da legislação.

5.4.1.1. Atribuído 0,5 (cinco décimos) de ponto para o conhecimento da língua portuguesa descontando 0,1 (um décimo) de ponto para cada erro de ortografia.

5.4.2. Será atribuída nota 0 (zero) caso a letra esteja ilegível.

5.4.3. Será eliminado o candidato que deixar a questão discursiva em branco.

5.5. O candidato terá 3 (três) horas para realizar a prova. Este tempo é improrrogável.

5.5.1. O candidato que, comunicado do encerramento do prazo, continuar a preencher a prova, será eliminado.

5.6. A prova será realizada no dia 01/07/2023 com início às 8 horas no endereço: Praça Jonathas Pedrosa, nº 30 – Centro – Cipotânea/MG.

5.7. Caso haja necessidade de alterar dia, horário e local de realização das provas, a Comissão Organizadora publicará as alterações, em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de cinco (05) dias.

5.8. É de responsabilidade do candidato acompanhar nos locais onde o Edital for publicado eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas.

5.8. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, antes da hora marcada para o seu início, munidos do material necessário para fazer a prova, em especial caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.

5.9. No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

à doutrina sobre a matéria.

5.10. Todos os aparelhos eletrônicos (relógios, celulares, dispositivos para ouvir música etc), ainda que de modelo simples, serão desligados e juntamente com bolsas, sacolas e outros objetos, serão mantidos fora do alcance dos candidatos até a entrega da prova e saída do local.

5.11. O candidato é orientado a levar consigo apenas o necessário para a realização da prova, pois a Comissão não se responsabiliza pela guarda dos demais objetos.

5.12. Será permitido ao candidato ter consigo uma garrafa de água, e lanche desde que a embalagem seja pequena e permita visualizar seu conteúdo (material transparente).

5.13. O candidato que insistir em manter consigo qualquer dispositivo elétrico ou eletrônico durante a prova, será eliminado.

5.14. Para controle do tempo, a equipe que estiver fiscalizando a aplicação da prova informará a cada 30 (trinta) minutos o horário e, nos últimos 30 (trinta) minutos avisará a cada 10 (dez) minutos.

5.15. A prova deverá ser preenchida com caneta esferográfica com tinta azul ou preta. Preenchimento com outro material anulará a prova e o candidato será eliminado do processo.

5.16. Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as provas.

5.17. Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.

5.18. Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

5.19. O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade.

5.20. A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Organizadora. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

5.20.1. Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante.

5.21. O gabarito será divulgado pela Comissão Organizadora em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, sendo afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no site da Prefeitura.

5.22. Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 50% (cinquenta por cento) da pontuação total atribuída à prova.

5.23. O resultado da prova com a listagem dos aprovados será publicado até o dia 10/07/2023 nos mesmos locais de divulgação do gabarito informados no item 5.21.

5.24. Será facultado aos candidatos interposição de recurso sobre questões da prova devendo entregá-lo, por escrito e fundamentado, junto à Comissão Especial na Sede da Secretaria de Assistência Social no prazo de até 2 (dois) dias, após a publicação do resultado da prova.

5.18. Após a análise dos recursos, a relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), e no site da Prefeitura.

## **7. DA TERCEIRA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS**

7.1. Da reunião que autoriza a campanha eleitoral

7.1.1. Em reunião própria, no dia 21/07/2023, a Comissão Organizadora deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste Edital, no que diz respeito notadamente:

- a) Aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);
- b) Às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);
- c) À votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);
- d) À apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;
- e) À definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, codinome ou apelido etc.);
- f) À definição do número de cada candidato;
- g) Aos critérios de desempate;
- h) Aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140 do ECA;
- i) À data da posse.

7.1.2. A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

7.1.3. O candidato que não comparecer à reunião acordará tacitamente com as

**MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA**  
Estado de Minas Gerais  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

decisões tomadas pela Comissão Organizadora e pelos demais candidatos presentes.

7.1.4. A reunião deverá ser lavrada em ata, constando a assinatura de todos os presentes.

7.1.5. No primeiro dia útil após a reunião, será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação, sendo publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), e no site da Prefeitura.

## 7.2. DA CANDIDATURA

a) A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

b) É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado;

## 7.3. DOS VOTANTES

a) Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município;

b) Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade;

c) Cada eleitor deverá votar em apenas 01 candidato;

d) Não será permitido o voto por procuração.

## 7.4. DA CAMPANHA ELEITORAL

a) A campanha eleitoral terá início no dia em que for publicada a lista referida no item 7.1.5 deste edital e encerrará na véspera do dia da votação.

b) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos;

c) É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular;

d) As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar.

e) Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

f) Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, 5 candidatos e serão

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

supervisionados pelo CMDCA;

g) Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas;

h) Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste edital aos organizadores;

i) A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

j) Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

### 7.4.1. DAS PROIBIÇÕES:

a) É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, placas, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

b) É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

b.1) entidade ou governo estrangeiro;

b.2) órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

b.3) concessionário ou permissionário de serviço público;

b.4) entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

b.5) entidade de utilidade pública;

b.6) entidade de classe ou sindical;

b.7) pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;

b.8) entidades beneficentes e religiosas;

b.9) entidades esportivas;

b.10) organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;

b.11) organizações da sociedade civil de interesse público.

c) É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados etc) ao candidato;

d) É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

e) É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no item 7.1.5;

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- f) É vedado ao conselheiro tutelar promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;
- g) É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;
- h) No dia da eleição, é vedado aos candidatos:
- h.1. Utilização de espaço na mídia;
  - h.2. Transporte aos eleitores;
  - h.3. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreatas;
  - h.4. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
  - h.5. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".
- i) Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
- j) É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas, configurando abuso do poder econômico.
- k) É vedada a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

### 7.4.2. DAS PENALIDADES:

- a) O candidato que não observar os termos deste edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Organizadora;
- b) As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Organizadora e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 2 (dois) dias do fato.
- b.1) O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.
- b.2) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.
- c) Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda;
- d) A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Organizadora que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão e imposição da multa prevista na Resolução nº 001/2023 do CMDCA.

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

e) O descumprimento da ordem de suspensão da campanha será causa de cancelamento do registro de candidatura.

f) É responsabilidade do candidato zelar pelo respeito às normas da campanha vigiando seus atos e de terceiros que, porventura, o auxiliem durante a campanha, devendo respeitar este edital, a lei e as resoluções do CMDCA e da Comissão Especial que venham a ser divulgadas no curso do processo de escolha.

### 7.5. DA VOTAÇÃO:

7.5.1. A votação ocorrerá no dia 01/10/2023, em local e horário definidos por edital da Comissão Organizadora, a ser divulgado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no site da prefeitura;

7.5.2. A votação seguirá as seguintes normas:

a) Às 17h do dia da eleição serão distribuídas senhas aos presentes que se encontrarem nas filas de votação, para assegurar-lhes o direito de votar;

b) Somente poderão votar os cidadãos que apresentarem o título de eleitor acompanhado de documento oficial de identidade com foto, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral;

c) Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado;

d) Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;

e) O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

f) Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar um fiscal e um suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração;

g) O nome do fiscal e do suplente deverá ser indicado à Comissão Organizadora com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação;

h) No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.

i) cada eleitor votará uma vez em um único candidato.

j) o voto é secreto.

7.5.2. Será utilizado no processo o voto com cédula ou eletrônico.

7.5.3. Será considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) em branco;

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

e) que tiver o sigilo violado.

### 7.6. DA MESA DE VOTAÇÃO

7.6.1. As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.

7.6.2. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido, mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro(a) e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

7.6.3. Compete à cada mesa de votação:

- a) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;
- b) Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;
- c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;
- d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Organizadora;

### 7.7. DA APURAÇÃO E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

a) Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, extraindo o respectivo Boletim de Urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Organizadora.

b) A Comissão Organizadora, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.

c) O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do CMDCA.

d) O resultado da eleição será publicado oficialmente no Diário Oficial do Município, e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), e no site da Prefeitura, abrindo prazo para interposição de recursos, conforme item 9.2 deste edital.

e) Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como conselheiros tutelares titulares, ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

f) Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

I - apresentar melhor desempenho na prova de conhecimento;

II - apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência;

III - residir há mais tempo no município;

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

IV- tiver maior idade.

### 8. DOS IMPEDIMENTOS

8.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

8.2. Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

8.3. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

### 9. DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso quanto:

a) ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato.

b) à aplicação e às questões da prova de conhecimento;

c) ao resultado da prova de conhecimento;

d) à eleição dos candidatos;

f) ao resultado final.

9.2. O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias, salvo de outro prazo for fixado neste edital, após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, aplicação da prova, questões da prova, publicação do resultado da prova, publicação do resultado eleição dos candidatos, publicação do resultado final).

9.2.1 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

9.2.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

9.3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 9.1 deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado eventual recurso posterior.

9.4. Os recursos contra decisões da Comissão Especial Organizadora deverão ser endereçados ao CMDCA e entregues em sua sede na Praça Jonathas Pedrosa, 80 – Centro, Cipotânea/MG.

9.5. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

9.6. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do

**MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA**  
Estado de Minas Gerais  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

questionado.

9.7. Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias (original e 01 cópia). Os recursos deverão ser digitados, instruídos com os fundamentos e documentos que comprovem a alegação rubricado nas primeiras páginas e assinado na última folha.

9.8. Quanto ao recurso referente ao item 9.1, “c” deve-se observar: Cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo a seguir.

Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Cipotânea/MG	
Candidato:	_____
Nº. do Documento de Identidade:	_____
Nº. de Inscrição:	_____
Nº. da Questão da prova:	_____ (apenas para recursos sobre o item 9.1 “c”)
Fundamentação:	_____
_____	
Data:	____ / ____ / _____
Assinatura:	_____

9.9. Cabe à Comissão Organizadora decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 2 (dois) dias, salvo de outro prazo for fixado neste edital.

9.9.1 O prazo será computado excluindo o dia do recebimento do recurso e incluindo o dia do vencimento.

9.9.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

9.10. Da decisão da Comissão, caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamentação, em igual prazo.

9.11. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

9.12. O gabarito divulgado será alterado, em função do deferimento do(s) recurso(s) impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

9.13. Na ocorrência do disposto nos itens 9.9 e 9.10, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

9.14. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação na sede e no site da Prefeitura Municipal e na sede do CMDCA no endereço Praça Jonathas Pedrosa, 80 – Centro – Cipotânea/MG e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

### **10. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO**

10.1. Decididos os eventuais recursos, a Comissão Organizadora deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 5 (cinco) dias.

10.2. Após a homologação do processo de escolha, o CMDCA deverá diplomar os candidatos eleitos e suplentes, no prazo de 03 (três) dias.

10.3. Após a diplomação, o CMDCA terá 48 (quarenta e oito) horas para comunicar o Prefeito Municipal da referida diplomação.

10.4. O Prefeito Municipal, após a comunicação da diplomação, deverá nomear os 05 (cinco) candidatos mais bem votados, ficando todos os demais, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

10.5. Caberá ao Prefeito Municipal dar posse aos conselheiros titulares eleitos em 10 de janeiro de 2024, data em que se encerra o mandato dos conselheiros tutelares em exercício.

10.5.1. A convocação dos conselheiros para a posse será realizada por meio de edital, a ser publicado em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

10.5.2. Os candidatos também serão convocados por ofício, a ser entregue no endereço informado, quando do preenchimento da inscrição.

10.5.3. A remessa do ofício tem caráter meramente supletivo.

10.5.4. O dia, a hora e o local da posse dos conselheiros tutelares serão divulgados junto à comunidade local, afixando o convite em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

10.6. O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis e que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de conselheiro tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais

10.7. O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.

10.8. O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar

# MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA

Estado de Minas Gerais

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.

10.9. O candidato eleito que não for localizado pelo CMDCA ou que não tomar posse no caso do item 10.10 automaticamente será reclassificado como último suplente.

10.10. Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a posse e sua entrada em exercício serão postergadas para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.

10.10.1. O prazo máximo de postergação da posse e início do exercício será de 30 (trinta) dias, se ultrapassado configurará a desistência do candidato eleito, caso em que será dada posse ao primeiro suplente na ordem de classificação.

### 11. DO CALENDÁRIO

11.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será publicada em Anexo a este Edital.

11.2 Fica facultada à Comissão Especial e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto no Anexo deste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

12.2. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

12.3. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações, correções ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município, site e afixado mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

12.4. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.

12.5. A atualização do endereço e meios de contato físico ou eletrônico é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Praça Jonathas Pedrosa, 80 – Centro – Cipotânea/MG.

12.6. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Organizadora, e no caso de constatação de irregularidade ou

**MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA**  
Estado de Minas Gerais  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.

12.7. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de dez pretendentes devidamente habilitados.

12.8. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

12.9. Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

12.10. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.11. Todas as decisões da Comissão Organizadora ou do Plenário do CMDCA serão devidamente fundamentadas.

12.12. Todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Organizadora, para garantir a fiel execução da Lei e deste Edital.

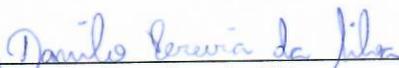
12.13. Os membros escolhidos como conselheiros tutelares titulares e os suplentes, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria à qual está vinculado, sendo a frequência ao curso condição para o exercício do cargo.

12.14. O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

12.15. Fica eleito a Vara da Infância e Juventude do Foro da Comarca de Alto Rio Doce/MG para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.16. Esta Errata de Edital entra em vigor na data de sua publicação e substitui as versões anteriores do Edital que corrige e complementa.

Cipotânea/MG, 24 de abril de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Danilo Pereira da Silva  
Presidente do CMDCA

**MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA**  
Estado de Minas Gerais  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

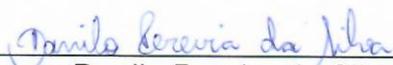
**ANEXO I**  
**ERRATA 01 AO EDITAL Nº 01/2023**

<b>Data</b>	<b>Etapa</b>
31/03/2023	Publicação do Edital
10/04/2023 10/05/2023	a Prazo para registro das candidaturas (item 6.1)
15/05/2023	Publicação, pela Comissão Especial do processo de escolha, da lista dos candidatos inscritos e abertura do prazo de 5 (cinco) dias para impugnação das candidaturas junto à Comissão Especial, pela população em geral, encaminhando-se cópia ao Ministério Público (itens 7.5 e 7.6)
16 a 22/05/23	Prazo para impugnação à inscrição de candidatos.
23 e 24/5/23	Prazo 2 dias para a Comissão notificar os candidatos que tiveram a inscrição impugnada para apresentarem defesas.
25/5/23 a 30/5/23	Prazo 5 dias para apresentação de defesa pelos candidatos que tiveram inscrição impugnada.
31/05 a 06/06/23	Prazo para a Comissão julgar as impugnações. Publicando em 06/06/23 a lista das inscrições deferidas.
07/06 a 13/06/23	Prazo para interposição de recurso ao Plenário do CMDCA contra deferimento/indeferimento de inscrição.
14 a 16/06/23	CMDCA julgará e publicará decisão dos recursos. Publicação da lista definitiva de inscritos em 16/06/23.
01/07/23	PROVA DE CONHECIMENTOS
02/07/23	Divulgação do gabarito.
10/07/23	Publicação do resultado da prova de conhecimentos (notas e classificação) pela Comissão Especial.
11 a 12/07/23	Prazo 2 dias interposição de recursos dos candidatos em face da nota e classificação.
13 a 19/07/23	Julgado pela Comissão Especial dos recursos interpostos em face da prova de conhecimentos. Divulgação da lista de aprovados e classificação.
21/07/23	Reunião apresentação das normas para o período de campanha e eleição.
22/07/23	Publicação da lista oficial de candidatos e início do período de campanha.
01/09/23	Divulgação do(s) local(is) de votação.
Até 04/09/23	Convocação dos servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha. Solicitar apoio da Polícia Militar para o dia da eleição.
Até 18/09/23	Confecção das cédulas de votação, em caso votação manual.

**MUNICÍPIO DE CIPOTÂNEA**  
Estado de Minas Gerais  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

25/09/23	Reunião para orientação dos mesários, escrutinadores e suplentes.
29/09/23	Reunião com os candidatos e seus fiscais para orientação sobre normas de conduta no dia da eleição e no momento da apuração.
01/10/23	Dia da eleição (votação de 8h00min às 17h00min).
01/10/23	Apuração a partir das 17h00min com publicação do resultado da votação em sequência.
02 e 03/10/23	Prazo 2 dias para interposição de recursos (item 9.2).
04 e 05/10/23	Julgamento dos recursos pela Comissão Especial.
06 a 09/10/23	Prazo para recurso ao CMDCA em face da decisão da Comissão Especial.
10 a 16/10/23	Julgamento pelo CMDCA dos recursos com divulgação do resultado no dia 16/10/23.
22/10/23	Apresentação da lista final de conselheiros tutelares e suplentes eleitos ao CMDCA que a homologará em reunião pública e sua publicação.
23/10/23	Diplomação dos eleitos pelo CMDCA.
Até 25/10/23	CMDCA comunicará ao Prefeito a homologação do processo de escolha dos conselheiros com a lista de classificação.
Até 10/01/24	Capacitação dos candidatos e suplentes eleitos.
De 27/12/23 a 09/01/24	Período de transição em que os conselheiros eleitos poderão ter acesso ao Conselho Tutelar e acompanhar o atendimento (art. 42, §6º Res. 01/23 CMDCA)
10/01/24	Posse e entrada em exercício dos novos conselheiros tutelares eleitos.

Cipotânea/MG, 26 de abril de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Danilo Pereira da Silva  
Presidente do CMDCA